



#### **ABDI**

## AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

## PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL - nº 001/2008

# GABARITO OFICIAL - APÓS RECURSO - PROVA OBJETIVA

<u>CARGO</u>: ADI – NÍVEL SUPERIOR ESPECIALISTA – LICITAÇÕES, COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
PORTUGUÊS (1 a 10)		CONHECIMENTOS GERAIS (11 a 20)	
1	В	11	С
2	Α	12	В
3	С	13	С
4	D	14	A
5	Α	15	D
6	С	16	D
7	В	17	В
8	В	18	Α
9	С	19	ANULADA
10	С	20	В





#### **ABDI**

### AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL - nº 001/2008

## GABARITO OFICIAL - APÓS RECURSO - PROVA DISSERTATIVA

<u>CARGO</u>: ADI – NÍVEL SUPERIOR ESPECIALISTA – LICITAÇÕES, COMPRAS E SERVIÇOS GERAIS

1) Como se classificam as Constituições quanto à forma, origem e mutabilidade.

As Constituições se classificam, quanto à forma, em escritas e não escritas; quanto à origem, em populares democráticas), outorgadas e cesaristas; e quanto à mutabilidade ou estabilidade, em rígidas, semi-rígidas e flexíveis.

2) A convalidação do ato administrativo inválido é um poder ou um dever? Explicar.

A convalidação de um ato administrativo inválido, desde que o vício possa ser sanado, é um dever. Entretanto, se torna um poder quando o ato é discricionário e expedido por agente incompetente.

3) No curso da lide pode o pedido em Mandado de Segurança ser aplicado ou alterado? Explicar.

Não. Assim vêm decidindo os Tribunais, com apoio analógico em disposição geral do Código de Processo Civil (art. 264) e atentos a que com a inicial e as informações fixam-se os pontos controvertidos da lide, estabiliza-se o pedido e delimita-se o campo da decisão de mérito.

4) O tratamento simplificado às micro e pequenas empresas, disciplinado nos artigos 42 a 45 da Lei complementar nº 123/06, aplica-se às licitações realizadas pela ABDI, mesmo silente seu Regulamento de Licitações e Contratos. Explicar.

A resposta é positiva, porquanto se trata de norma geral a ser aplicada à todos os certames licitatórios, em todas as esferas federativas, mesmo que a entidade tenha competência para expedir suas próprias normas sobre o tema.